

**MANIFESTAÇÃO SOBRE AS MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO DO TUBARÃO-
ANEQUIM/MAKO (*Isurus oxyrinchus*) NO OCEANO ATLÂNTICO**

A SBEEL - Sociedade Brasileira para o Estudo de Elasmobrânquios, que reúne especialistas das áreas acadêmica e técnica de institutos de pesquisas, universidades públicas e privadas, sociedade civil, órgãos governamentais, agências de fomento e setores da cadeia produtiva, todos devotados ao estudo dos mais variados aspectos da biologia destes animais com o objetivo de gerar subsídios à implementação de políticas públicas que visem manejo e conservação, vem à público se manifestar sobre recentes medidas a serem seguidas visando à conservação do tubarão-anequim/mako (*Isurus oxyrinchus*) no Oceano Atlântico, e que fere aos interesses da conservação desta espécie em águas brasileiras e Atlântico Sul

Considerando que:

- O tubarão-anequim/mako (*Isurus oxyrinchus*) representa cerca de 6% dos tubarões pelágicos capturados pelas frotas que utilizam espinheis e operam no Atlântico Sul e são excepcionalmente valorizados por sua carne (além das nadadeiras). Estudos recentes mostram que esta espécie configura alvo primário de algumas frotas que operam no Atlântico Sul e que as capturas são majoritariamente de indivíduos imaturos;
- Os resultados de estudos genéticos indicam uma população global desta espécie, no entanto, com alguma estruturação genética entre as principais bacias oceânicas;
- Na última avaliação global conduzida pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) em 2019, o tubarão-anequim/mako (*Isurus oxyrinchus*) foi classificado como Em Perigo (EN), com a concordância dos especialistas de que a espécie está declinando em todos os oceanos (exceto no Pacífico Sul) com uma redução populacional média de 46,6% e com maior probabilidade de 50-79% em três tempos geracionais;
- Na última avaliação nacional do estado de conservação de elasmobrânquios conduzida pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) em 2017, sob a autarquia do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e com expressiva participação de especialistas, muitos dos quais membros da SBEEL, o tubarão-anequim/mako (*Isurus oxyrinchus*) foi categorizado como Criticamente em Perigo (CR), com pesquisadores inferindo pelo menos 80% de redução populacional através de dados observados no passado e também projetados para o futuro, até o ano de 2040 (ICMBio 2017);
- A captura de adultos atualmente é rara, segundo dados de observadores científicos, obtidos entre 2007 e 2019 (PROBORDO, MONITORA-CEPSUL);

O Brasil apoiou com sucesso as inclusões do tubarão-anequim/mako (*Isurus oxyrinchus*) no Anexo II da CITES em 2019 e no Apêndice II da CMS em 2008;

- O Brasil é um País-Membro da Comissão Internacional para a Conservação do Atum Atlântico (ICCAT), da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Silvestres Ameaçadas de Extinção (CITES), e da Convenção sobre Espécies Migratórias de Animais Selvagens (CMS);
- Os pesquisadores da ICCAT em 2019 apontaram que a população do tubarão-anequim (*Isurus oxyrinchus*) do Atlântico Norte, que está sujeita à sobrepesca contínua, diminuirá durante ao menos os próximos 15 anos, precisa de reduções substanciais na mortalidade por pesca para começar a reconstruir e com a projeção de ser incapaz de se recuperar até 2070, sob as medidas de gestão atuais (2017) da ICCAT;
- Esses mesmos pesquisadores da ICCAT indicaram em 2019 que uma captura total anual de zero (incluindo descartes) tem 53% de probabilidade de reconstruir a população até 2045, e recomendaram que a ICCAT proíba a retenção de tubarões-anequim do Atlântico Norte, como fez com outras espécies de tubarão;
- Os cientistas da ICCAT observaram que a sobrevivência pós-soltura dos tubarões-anequim pode chegar a 75%, indicando que uma proibição pode ser particularmente eficaz em alcançar reduções significativas na mortalidade por pesca;
- Dez países-membros da ICCAT propuseram proibição no Atlântico Norte em 2019, recebendo apoio de seis outros signatários, bem como de ONGs e cientistas;



**SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O ESTUDO DOS ELASMOBRÂNQUIOS
(SBEEL)**

- Dez países-membros da ICCAT propuseram cota de 2001 t no Atlântico Sul em 2019, recebendo apoio de seis outros signatários, bem como de ONGs e cientistas;
- O Brasil é um país-membro influente da ICCAT e ainda não expressou publicamente uma posição sobre as propostas da ICCAT para limites de pesca dos tubarões-anequim/mako;
- Os representantes sul-americanos da ICCAT têm desconsiderado importantes informações e recomendações regionais sobre a espécie, incluindo trabalhos publicados em periódicos revisados por pares, avaliações do estado de conservação em outras esferas (ICMBio, Fundações Estaduais de Meio Ambiente) e manifestações da SBEEL;
- No Brasil não existem estatísticas nacionais desde pelo menos 2007 e deve ser considerado que, excepcionalmente para elasmobrânquios, as estatísticas nacionais são deficientes há décadas (não diferenciam espécies na maioria das unidades da federação);
- O controle do esforço pesqueiro, monitoramento de desembarques e eventuais cotas de captura, bem como a adequada fiscalização sempre se apresentaram como grandes desafios para o adequado manejo e conservação de estoques pesqueiros, principalmente de elasmobrânquios (não existe coleta sistemática de dados desde 2006; agências de fiscalização não tem corpo efetivo);
- A ICCAT está atualmente considerando uma ação sobre os tubarões-anequim por meio de negociações online, já existindo proposta com posicionamento favorável a proteção da espécie liderada pelo Canadá.

Insta que:

- O governo brasileiro promova imediatamente a adoção do parecer científico visando a proibição de retenção do tubarão-anequim (*Isurus oxyrinchus*) do Atlântico Norte como parte das negociações virtuais da ICCAT de 2020, em linha com os compromissos de conservação sob a ICCAT, CITES e CMS;
- O governo brasileiro promova imediatamente a atualização e divulgação da lista vermelha nacional, com a atualização do estado de conservação *Isurus oxyrinchus* cujos resultados encontram-se disponíveis, entretanto, inacessíveis desde 2017;
- O governo brasileiro se posicione contrário a implementação da cota de 2.001 t para o Atlântico Sul considerando que no cenário atual da gestão pesqueira no Brasil não há condições de monitorar ou fiscalizar desembarques apropriadamente;

Cabe ainda ressaltar que o programa nacional de estatísticas pesqueiras, incluindo presença mandatória de observadores de bordo nas frotas onde existe interação significativa com elasmobrânquios é de fundamental importância e precisa ser retomado. Além disso, é essencial que os planos de recuperação discutidos em múltiplas esferas (ex. PAN Tubarões, GTs 445, SBEEL etc.) sejam implementados. A SBEEL, através de sua Diretoria e Conselho, se coloca à disposição para apresentar esclarecimentos adicionais que forem julgados necessários, bem como para discutir mecanismos que auxiliem na interpretação e implementação destas recomendações.

**Sociedade Brasileira para o Estudo de Elasmobrânquios
SBEEL**